

João Caupers

Serviço público e função pública

Como é sabido, os funcionários públicos não prestam. Não produzem nada de relevante - a não ser complicações aos cidadãos e às empresas -, são descartáveis, contabilizam-se como simples custos.

A ideia de que o funcionário público constitui suporte essencial do serviço público é falsa e reaccionária. De resto, a lei já nem reconhece a existência de funcionários públicos - fala agora em "trabalhadores investidos em funções públicas".

Assentes estes "postulados", será de estranhar que quase ninguém deseje, ou sequer admita, ser funcionário público? Sempre pelas "melhores" razões, é claro.

Pode perguntar-se o que é que estes anti-funcionários públicos rejeitam na designação: não querem ser *funcionários* – e funcionário é aquele que funciona, que exerce uma função – ou não querem ser *públicos*, no sentido em que este adjectivo se contrapõe a privados?

Alguns juízes, provavelmente muitos, não querem ser considerados funcionários públicos, não tanto por serem órgão de soberania – do pouco que resta da soberania nacional -, mas porque acham justo e adequado que o seu estatuto de autonomia sustente as mordomias de que desfrutam e os exima aos sacrifícios impostos à colectividade nacional. Bem vistas as coisas, querem ter o “direito de não funcionar” e não querem ser “públicos”, no sentido de servidores do interesse da colectividade.

Muitos militares também não querem ser funcionários públicos, sob a justificação comum e bizarra de que usam armas. Na verdade, como os magistrados, o que querem é salvar privilégios. O que se compreende, num país em que há mais generais do que quartéis e mais almirantes do que navios. É possível que não pretendam deixar de ser “públicos” – mas também não querem ser funcionários.

Alguns polícias também não querem ser funcionários públicos. Nem muitos magistrados do ministério público.

João Caupers

Iludida por decrépitos mitos neoliberais, esta gente perdeu por completo a noção de serviço público, o que não é de estranhar: acalenta a secreta esperança de ver as prisões, as esquadras, os quartéis, os tribunais, os submarinos, tudo privatizado. Na esperança de que isso lhes dê mais dinheiro.

Muitos juízes, parecendo ignorar que a independência do poder judicial se deve reflectir na autonomia indispensável da decisão judicial e nunca na negligência processual, ao abrigo de uma suposta cláusula de irresponsabilidade, esquecem que a justiça é, também, se não mesmo sobretudo, um serviço público.

Os militares, na sua maioria contratados, conservam uma vaga ligação com o serviço público. Quando o país decide participar numa operação militar no estrangeiro, as chefias começam por negociar com o Governo remunerações, subsídios e seguros. Se algum fica ferido ou morre no teatro de operações – o que, felizmente, é raro -, nem que seja num fortuito acidente de automóvel, as associações de classe (estranha tropa esta, que tem associações de classe!) fazem prova de vida, bramando contra a falta de condições, contra os veículos obsoletos, etc. Levar um tiro improvável deixou de ser um risco inerente à condição militar para passar a ser uma afronta intolerável.

Enfim, se Aljubarrota fosse hoje, os alemães (releve-se o anacronismo) teriam chegado a Lisboa enquanto a tropa portuguesa discutia com o Condestável o subsídio de risco.

Sou professor do ensino universitário público. Desempenho funções públicas, docentes e outras, consecutivamente, há mais de trinta e oito anos. Considero-me verdadeiramente um funcionário – no sentido de “servidor” – público.

Ainda bem que muitos juízes, militares, polícias e outros não o querem ser.

Dispensio bem a companhia.

Junho 2012